

ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES: O DESAFIO DO MILÊNIO

Iris Laura Batista Martins¹ e Maria do Socorro Batista Martins ².

1 Mestre em Administração de Empresas (UNIFIA)

2 Especialista em Psicopedagogia (UFRJ)

RESUMO

O presente artigo trata da questão ética nas organizações, tendo como aporte teórico os filósofos Aristóteles e Kant. Ambos ficaram conhecidos como intelectuais que serviram de paradigma em sua época de atuação. Aristóteles, clássico da idade antiga, escreveu “Ética a Nicômaco” com objetivo de demonstrar que o ser humano precisa ser educado através dos valores, mediados pelas virtudes morais e éticas como busca da felicidade, libertando-se dos vícios que os tornam semelhantes aos animais irracionais. Kant tem um papel relevante na modernidade. Na obra “Metafísica dos Costumes”, os conceitos de Ética e Moral aprofundam também conceitos de boa vontade, dever e lei moral (essenciais para elaboração do imperativo categórico¹). Ajudam a fundamentar o valor do ser humano que deve ser entendido por todo ser dotado de razão e sempre como fim, jamais como meio. Infere-se, portanto, que a Ética deontológica de Kant constitui o pressuposto teórico indispensável para a sustentação de leis que garantam a inviolabilidade humana diante da complexidade dos problemas antiéticos que se enfrenta no mundo globalizado e, conseqüentemente, na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Ética. Virtude. Felicidade. Imperativo Categórico.

ABSTRACT

The present article deals with the ethical question in the organizations, having as theoretical contribution the philosophers Aristotle and Kant. Both became known as intellectuals who served as paradigm in their time of performance. Aristotle, a classic of the ancient age, wrote "Nicomachean Ethics" with the purpose of demonstrating that the human being needs to be educated through values, mediated by moral and ethical

¹ "O imperativo categórico é portanto só um único, que é este: *Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.*" (KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 59).

virtues as a search for happiness, freeing himself from the vices that make them similar to animals irrational. Kant has a relevant role in modernity. In the book "Metaphysics of Customs", the concepts of Ethics and Morality also extend concepts of goodwill, duty and moral law (essential for the elaboration of the categorical imperative). They help to substantiate the value of the human being that must be understood by every being endowed with reason and always as an end, never as a means. It is inferred, therefore, that Kant's Ethical Ethics constitutes the indispensable theoretical presupposition for the support of laws that guarantee human inviolability in face of the complexity of the unethical problems that are faced in the globalized world and, consequently, in the Brazilian society.

Keywords: Ethic. Virtue. Happiness. Categorical Imperative.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho objetiva fazer uma análise das teorias éticas, tendo por referência epistemológica os filósofos Aristóteles e Kant, considerados os maiores expoentes, em matéria moral e ética. Aristóteles destaca-se no cenário da filosofia antiga, período clássico, pelo lançamento do primeiro tratado ético, sob o título "Ética a Nicômaco". O ponto central da ética aristotélica é a conquista da felicidade, tendo em vista o exercício das virtudes. Aborda-se em seguida a obra de Kant, "Metafísica dos Costumes". Trata-se de uma arquitetura das ideias, meticulosamente pensada, expondo os pressupostos da moral e ética deontológica. Subsidiária às ações humanas na sociedade para agir de forma consciente e livre no cumprimento dos mandamentos da Lei Moral, cujo imperativo categórico obriga, a rigor, ser cumprida.

Kant é conhecido como divisor de águas. Filósofo do período moderno, ofereceu grandes contribuições ao iluminismo, especialmente em referência inovadora sobre as questões morais e éticas.

As teorias éticas propostas por esses filósofos servem de paradigma para a construção moral e ética de todos os homens e mulheres, em nível planetário, participantes de toda e qualquer organização.

Daí, porque procurou-se os meios necessários para apresentar as referidas teorias, considerando as anomalias constatadas na sociedade brasileira que vêm gerando

um verdadeiro caos social, comprometendo as organizações. A evidente falta de ética é constatada na política e denunciada nos meios de comunicação. Os escândalos ligados à corrupção política, corroborados por algumas organizações que subsidiam crimes contra o patrimônio público, trazem danos à sociedade, prejudicando e inviabilizando setores organizacionais de relevância para o progresso do país.

Ora, os pilares de uma nação democrática, assentam-se na tríade: saúde, educação e segurança. No Brasil, esses serviços públicos estão comprometidos pelo vírus da corrupção política que tem maculado dezenas de organizações em níveis público e privado.

Em última análise, os postulados éticos descritos nesse trabalho podem colaborar para uma reflexão, confrontando a realidade antiética política brasileira que tem assolado muitas organizações sociais, inclusive a família. Entende-se que toda organização é formada por seres humanos. Por isso, o critério essencial para o ser humano tornar-se pessoa passa, necessariamente, segundo os filósofos citados, pela educação moral e ética.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONCEITO DE ÉTICA NA GRÉCIA, NO PERÍODO ARISTOTÉLICO

A palavra ética vem do grego *ethos* que significa casa do ser, morada do ser, essência do ser, caráter. A palavra caráter, quer dizer: qualidades afetivas, ativas e racionais, frutos da sociabilidade humana que distingue um homem do outro.

Nesse sentido, a ética é a ciência das ações humanas, do comportamento dos seres humanos em sociedade, em busca do aperfeiçoamento moral, mediada por posturas verdadeiras e justas.

Para Aristóteles (1987), a ética é uma ciência prática ou uma ciência da *práxis* humana, teoria que visa à aprendizagem de ações justas. Dessa forma, justiça é a base da sociedade.

Na sua Obra “Ética a Nicômaco”, Aristóteles (1987, p.18) afirma que o tema central da ética é a felicidade do homem em sociedade. Daí por que: “o fim primeiro e último das ações humanas tem como objetivo a felicidade, através da prática dos atos justos aos amantes da justiça e, em geral, os atos virtuosos aos amantes da virtude”.

A atitude virtuosa deve agir sempre buscando o bem. Por esse motivo, as virtudes humanas só têm sentido se cumprirem seu papel, praticando o bem. Explica Aristóteles (1987, p.18)

“e, assim como nos jogos olímpicos não são os mais belos e os mais fortes que conquistam a coroa, mas os que competem, pois é dentre estes que hão de surgir os vencedores, também as coisas nobres e boas da vida só são alcançadas pelos que agem retamente”

Nessa mesma linha de raciocínio, Chauí (1994) argumenta que a ética objetiva a prática do bem do indivíduo que se prepara para viver em sociedade. Dessa forma, entende-se que o homem, enquanto ser racional, tem como fim a realização desta sua natureza específica, e exatamente na realização dessa sua natureza de ser racional, consiste sua felicidade.

Aristóteles (1987) diz que no homem tem notável importância, além da razão, os apetites e instintos, ligados ao que ele chama de alma sensitiva. Tais apetites e instintos se opõem em si quanto à razão, mas podem ser regulados e dominados pela razão. E como ocorreria esse processo de mudança? Ainda com o mesmo autor supracitado, entende-se que na submissão da alma sensitiva, a razão ocorre por meio da prática das virtudes éticas, modos pelos quais a razão instaura sua soberania sobre os instintos.

O papel essencial das virtudes éticas seriam a justa medida entre o “excesso” e a carência, nos impulsos e nas paixões. Esta busca e aquisição da justa medida no agir, ocorreria por meio da repetição que se traduz em hábitos e, portanto, constitui a formação moral da personalidade do indivíduo.

Outro ponto essencial na ética aristotélica, em relação às virtudes éticas, diretamente ligadas à vida prática, diz respeito às virtudes dianoéticas que dirigem o homem para o conhecimento de verdades imutáveis objetivando o sumo bem, tanto para aplicá-lo à vida concreta, obtendo-se a sabedoria, como também para fins puramente contemplativo, donde se obtém a sapiência.

A sapiência seria um estado “superior” em que o homem chega à contemplação das realidades que estão acima do próprio homem, a felicidade suprema e a tangência do humano com o divino (REALE, 2007).

Daí, porque Reale (2007 p. 217) afirma que esta é uma doutrina que leva as extremas consequências, uma das conotações essenciais da espiritualidade dos gregos.

Na sua obra “Ética a Nicômaco”, Aristóteles (1987, p.11) explica a necessidade de o homem ser educado sob os princípios do que o torna nobre e justo, através da prática dos bons hábitos. Ou seja, exercitando na prática o que é bom, fazendo o bem e praticando a justiça. Acrescenta ainda: “Portanto, o fato é o ponto de partida, se for suficientemente claro, para o ouvinte, não haverá necessidade de explicar por que é assim: e o homem que for bem-educado já possui esses pontos de partida ou pode adquiri-los com facilidade”.

Partindo do princípio que toda educação passa pelo processo de aprendizagem, acomodação e habitualização, infere-se que o método aristotélico propicia a consciência ética do homem em sociedade, visando a formação do caráter da personalidade do cidadão de forma sólida, imune aos vícios.

2.1.1 E o que seriam os Vícios no pensamento Aristotélico?

Ao afirmar que todo ser humano nasce na categoria de animal racional, porém, com infinitas potencialidades a serem desenvolvidas e atualizadas, sempre buscando o aperfeiçoamento moral e ético. O ser pessoa, pressupõe a aquisição de valores universalmente aceitos pela comunidade planetária, mediados pela aquisição das virtudes. O vício, afastamento da verdade e do bem moral, servindo-se do outro como meio pela busca de prazeres pessoais e individuais sem consenso ético.

Entretanto, o aprendizado mediado pelas ações virtuosas eleva o ser humano de animal, passando a desenvolver o lado racional do homem, minimizando a irracionalidade.

São, portanto, os valores que imprimem no ser humano a identidade superior para a prática da justiça, verdade, prudência e do respeito ao diferente. A solidariedade, enfim, propicia a aquisição da consciência que o transforma no ser humano livre. Por outro lado, a prática dos vícios (mentira, inveja, ódio, rancor, indiferença, cobiça...) danifica a pessoa e a faz perder sua identidade do ser pessoa igualando-se ao animal, que só dispõe de um canal para a “comunicar-se” com o mundo: o instinto, cuja finalidade máxima é a saciedade instintiva das “vontades” mais primárias, de forma individual. Seria semelhante a um cavalo selvagem que embora pudesse pertencer à melhor raça e tivesse acumulado milhares de troféus, com todos os títulos de melhores desempenhos, porém sem rédeas e ficando solto nos centros urbanos, imagina-se os

estragos que o mesmo pode causar à sociedade. Dessa forma é o homem sem ética. O vício além de aniquilar a consciência – centro da sabedoria, pode transformar a pessoa em um ser inferior.

Ora, o paradigma capitalista é centrado na compra e venda de mercadorias. Por analogia, quem vende a consciência, torna-se “coisa descartável”, inflado de vícios e portanto, um ser vazio cuja história retrocedeu no tempo e volta às origens de *homo sapiens* para *homo demiens*.

2.2 PRESSUPOSTOS DA MORAL KANTIANA E A FORMAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

Para entender o pensamento de Kant (1992), relacionado a Moral e Ética, deve-se voltar as suas antigas fontes de pesquisa, notadamente, no período conhecido pela atuação dos filósofos clássicos. Platão (1949) diz que o conhecimento sensível não gera a verdade, servindo apenas ao senso comum. O único meio de aquisição do conhecimento seguro, capaz de subsidiar e gerar teorias, provém do conhecimento racional, através da reflexão profunda, com métodos específicos, para obtenção da verdade dos fatos investigados, nas ações humanas. Assim, todo pensamento originado pelos sentidos, sem passar pela “radiografia da razão”, não tem o menor valor, enquanto conhecimento filosófico.

A partir do exposto, Kant elabora sua obra- Fundamentação da Metafísica dos Costumes, com base no dualismo Platônico, onde expõe sua teoria, evidenciando conceitos de boa vontade, lei moral, dever e imperativo categórico, como meio seguro de aquisição de uma consciência moral, ética e cidadã.

A ética Kantiana, conhecida como ética deontológica, totalmente voltada para a construção de um mundo centrado nos valores morais e éticos a partir do conceito do dever que subsidia a lei moral, expressa através de mandamentos universais ou imperativos categóricos.

O que seria boa vontade para Kant? O conceito de boa vontade tem duas explicações: se a prática da boa vontade for sensível, não gera a vontade filosófica, considerada por Kant, mero sentimentalismo, vazio; pelo contrário, se a boa vontade for originada na razão, então vai servir de sustentação filosófica para as ações racionais do ser humano. Isso implica a inferência de conceitos que devemos ter a respeito da lei

moral, como também da ética. Esses conceitos devem ser puros no sentido de que devem estar essencialmente em nosso entendimento para daí tornarem-se prática perfeita.

LEI MORAL - Ao referir-se à criação da Lei Moral, Kant fala da elaboração de uma filosofia moral, totalmente purificada de tudo que derive do empírico, mas que pertença ao antropológico. A essa questão, o próprio Kant (1992, p.15) diz que: (...)

“Que tenha de haver uma tal filosofia, ressalta com evidência da ideia comum do dever e das leis morais. Toda a gente tem de confessar que uma lei que tenha de valer moralmente, isto é, com fundamento de uma obrigação tem de ter em si, uma necessidade absoluta”.

Portanto, a verdadeira Lei Moral deve ser, *a priori*, livre do empírico, aplicada tão somente ao homem como ser racional.

Significa dizer que essa Lei Moral só tem sentido filosófico se for aplicada pelo ser humano, considerando o dever moral. Para Kant, o dever moral está assentado na consciência pura de quem o pratica, independente de coação e de todo e qualquer benefício ou reconhecimento pessoal. O dever moral transcende o meramente dever formal ou inclinações sensíveis.

Esse “Dever Moral”, assim como os demais pressupostos citados serão indispensáveis para a elaboração do Imperativo Categórico Kantiano, para o puro cumprimento da Lei Moral, pelos humanos em sociedade, em nível universal.

Nesse sentido, tem-se o posicionamento do filósofo citado para dar veracidade e alicerce ao seu imperativo: a representação de um princípio objetivo, enquanto obrigante para a vontade chama-se um mandamento da (razão), e a fórmula do mandamento, denominada imperativo categórico (KANT, 1992, p.48). Com esta afirmação, Kant evidencia que o imperativo deve ter valor de mandamento, obrigando, através de um princípio objetivo, a nossa vontade, a fim de que pratiquemos, tão somente, aquilo que é bom e belo, moralmente falando.

Assim, Kant apresenta o imperativo categórico: “age apenas segundo a máxima tal que possa ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 1992, p.59).

Os pressupostos contidos na Ética em Kant deixam claros que não há possibilidades para outras interpretações que não as descritas, conscientizando os seres humanos a agirem em busca daquilo que é verdadeiramente bom, fiel e justo tanto para o indivíduo que pensa, quanto para todos, transformando esses princípios em lei universal. Lei

prática, mas a priori, que deve ser querida (o querer fazer bem e fazer bem, o que se faz, de forma racional).

3 MÉTODO

Este artigo visa desenvolver uma análise profunda sobre a ética nas organizações, com o foco nos posicionamentos dos filósofos Aristóteles e Kant. Neste sentido o trabalho baseia-se em um estudo bibliográfico.

4 CONCLUSÃO

Esse trabalho, em forma de artigo, tem como centro explicitar a filosofia de dois pensadores em épocas diferentes. Aristóteles, considerado autor do primeiro compêndio da filosofia ética, expõe seu trabalho no livro dedicado ao seu pai sob o título, “Ética a Nicômaco”. Nessa obra, está registrada toda uma beleza de argumentos filosóficos recheados de muita sabedoria, em pleno período considerado clássico, da cultura grega, cujos valores políticos e sociais vacilavam. Por essa razão, o estagirita, como era chamado, pois nascera em Estagira, cidade da Grécia.

Aristóteles colocou todo seu esforço filosófico em pesquisar e escrever o referido tratado ético, demonstrando que todo aprendizado que o homem obtém quer seja na academia ou na sociedade, destina-se à conquista da felicidade. Somente pelo conhecimento e prática das virtudes o homem se torna livre para fazer suas escolhas e se tornar o autêntico cidadão.

Como segundo paradigma em Ética, deu-se a escolha do filósofo Emmanuel Kant, alemão, quem nasceu em Königsberg, na Prússia Oriental, Império alemão - 22 de abril de 1724, conhecido como um divisor de águas em se tratando de inovação no campo da filosofia moral e ética, no período moderno.

Optou-se por esses grandes pensadores éticos em épocas diferentes, objetivando um confronto entre a ética dos dois filósofos com as reais crises de valores existentes no seio da nossa sociedade brasileira.

Que os leitores possam apreciar esse artigo e mergulhar na profundidade filosófica de cada autor, refletindo como as organizações têm se distanciado das práticas morais e éticas que dão sentido à vida, por um lado, e por outro, como essa falta de

valores éticos contamina as chamadas “mais nobres” cabeças humanas, ávidas pelo poder e pelo ter. Ambos pensadores afirmam que as organizações são criadas e exercidas por pessoas. Daí a necessidade da introdução moral e ética como regra essencial para a convivência harmoniosa e respeitável entre os membros de qualquer organização humana.

Tanto Aristóteles (Idade antiga), quanto Kant, (Idade Moderna) estão em perfeita atualização, para ajudar a reorganizar os rumos das organizações sociais, resgatando os princípios morais e éticos na perspectiva de termos uma sociedade honesta, justa, que atenda às reais necessidades de todos os cidadãos.

5 REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a nicômaco*. In: **Os Pensadores** vol.II. Trad. Leonel Vallandro & Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross. São Paulo. Abril Cultural, 1979;
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. Vol I, 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994;
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1995;
- REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga**. Vol. II: Platão e Aristóteles. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1993.